



SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 7 - Justiça e Defesa
- Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU** para o **Bloco Temático 7 - Justiça e Defesa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/99uu>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

2. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) reduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando apenas a legalidade formal dos atos do poder público.
- b) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, sem pretensões transformadoras, que apenas garante igualdade formal.
- c) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.
- d) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.
- e) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

4. O presidencialismo de coalizão, conceito de Sérgio Abranches, explica a dinâmica da governabilidade no Brasil.

Considerando esse arranjo institucional, é correto afirmar que:

- a) a fragmentação partidária favorece a governabilidade, pois amplia a base parlamentar do presidente.
- b) a dificuldade de o presidente formar maioria no Congresso decorre da dispersão de partidos, exigindo negociações para formar coalizões.
- c) a Constituição de 1988 proíbe expressamente a existência de mais de dois partidos políticos no país.
- d) no presidencialismo de coalizão, o presidente governa sem depender do Legislativo, com apoio direto da sociedade civil.
- e) a fragmentação partidária impede a existência de coalizões, tornando inviável o funcionamento do sistema político.

5. A Constituição de 1988 instituiu diversos mecanismos de participação popular e de controle social sobre as políticas públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) as ouvidorias públicas atuam como canais de diálogo entre o cidadão e o Estado, recebendo manifestações e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.
- b) a ação popular é restrita a parlamentares, por se tratar de instrumento de fiscalização de atos administrativos.
- c) os conselhos gestores de políticas públicas são meramente consultivos, sem caráter deliberativo ou de controle social.
- d) o plebiscito é convocado após a decisão legislativa, funcionando como referendo popular.
- e) o Plano Plurianual Participativo é apenas um exercício acadêmico, sem força normativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Stefan Fantini*

6. Uma corrente tem ganhado destaque na formulação de políticas públicas, valorizando o uso de dados, pesquisas e avaliações criteriosas, de modo a reduzir a influência de percepções subjetivas e decisões baseadas apenas na intuição dos gestores. Esse enfoque privilegia análises criteriosas para orientar a tomada de decisão governamental. Essa abordagem recebe o nome de:

- a) Políticas públicas reativas
- b) Políticas públicas distributivas
- c) Políticas públicas tradicionais
- d) Políticas públicas baseadas em evidências
- e) Políticas públicas participativas

7. No ciclo das políticas públicas, há avaliações que ocorrem em diferentes etapas. Quando a análise é feita previamente à implementação da política ou programa, com a finalidade de verificar sua viabilidade e antecipar possíveis falhas no desenho ou na formulação, essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Somativa
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação In Itinere
- e) Avaliação Posterior

8. Em uma capital brasileira, após diversos estudos técnicos, o governo anunciou oficialmente a criação de um programa de incentivo ao transporte coletivo, prevendo recursos no orçamento e estabelecendo prazos de execução. Nesse caso, o tema passou a integrar a:

- a) Agenda política
- b) Agenda midiática
- c) Agenda estratégica
- d) Agenda formal
- e) Agenda comunitária

9. Na análise de agenda governamental, os problemas públicos podem evoluir de diferentes formas: súbita, incremental, estável, cíclica ou em declínio. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A persistência da desigualdade de renda em certas regiões, mantendo-se praticamente no mesmo nível ao longo do tempo, exemplifica um problema estável.
- b) O crescimento contínuo da violência urbana ao longo dos anos representa um problema em declínio.
- c) O aumento de casos de gripe em períodos específicos do inverno corresponde a um problema incremental.
- d) O acidente em uma barragem, com forte repercussão imediata, é exemplo de problema em declínio.
- e) A queda gradual da taxa de analfabetismo no país ilustra um problema súbito.

10. Na avaliação das políticas públicas, diferentes critérios podem ser aplicados para analisar o desempenho das ações governamentais. Considere as assertivas a seguir:

- I. O critério de eficácia refere-se ao grau em que as metas ou objetivos previamente definidos foram alcançados.
- II. A efetividade analisa se os resultados obtidos transformaram a realidade, atendendo às necessidades do público-alvo.
- III. A economicidade refere-se ao nível de utilização dos recursos (inputs).
- IV. A equidade trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

11. Em um órgão federal, foi instaurado processo para apurar uma denúncia de violação ao Código de Ética por parte de um servidor, com vínculo temporário com a Administração Pública. A Comissão de Ética competente, após analisar os fatos e ouvir o servidor, concluiu pela aplicação de censura.

Conforme o Decreto nº 1.171/1994, a Comissão de Ética, ao aplicar a sanção, deveria:

- a) encaminhar o parecer com a penalidade para a autoridade máxima do órgão, para que esta decida se aplica ou não a censura.
- b) garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo a fundamentação da pena restrita aos membros da comissão.
- c) publicar a decisão no Diário Oficial da União para dar publicidade e servir de exemplo aos demais servidores.
- d) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores daquele órgão os registros sobre a conduta do servidor, para o efeito de instruir e fundamentar eventuais promoções.
- e) rever a censura aplicada, em razão de tratar-se de servidor temporário, não alcançado pelos preceitos éticos do serviço público federal.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Elisabete Moreira*

12. Os impulsionadores do movimento da Governança Pública – GP são múltiplos, atribuindo ao conceito diferentes interpretações. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Uma das forças por trás da Governança Pública é a ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado (*hollowing out of the state*), em que a incapacidade do Estado em lidar com problemas coletivos é denunciada.

II. Os modelos burocráticos, gerencial e da governança pública usam a função controle para manter a homeostase do sistema organizacional, conforme conceitos derivados da teoria sistêmica.

III. Alguns acadêmicos consideram a GP uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial – NPM, com a qual compartilha algumas características. No entanto, a abordagem da Governança Pública apresenta elementos de descontinuidade e superação da distinção wilsoniana entre política e administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

13. A governança pública, orientada por princípios, diretrizes e mecanismos colocados em prática para a busca de resultados, apresenta a accountability como um de seus pilares, relacionado à prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa a aquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). Foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, e que se refere

- a) à legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) à capacidade de um dirigente de atender às demandas da sociedade, por meio da sanção e recompensa.
- c) à legitimação do poder de vigilância e ao controle sobre a atuação de empresas e órgãos não governamentais.
- d) ao somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.
- e) à extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Herbert Almeida*

14. Mariana solicitou a uma entidade administrativa federal informações detalhadas sobre determinada atividade pública. O servidor responsável, no entanto, informou que tais informações, apesar de não estarem classificadas em grau de sigilo, só poderiam ser divulgados mediante autorização do diretor da entidade. Diante da situação hipotética apresentada, e com base nas diretrizes da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor agiu corretamente, pois o princípio da publicidade é aplicável apenas aos atos normativos e não se estende aos gastos administrativos.
- b) a exigência de autorização do diretor está de acordo com o princípio da hierarquia administrativa, respeitando o sigilo como regra geral.
- c) a informação solicitada por Mariana não precisa ser fornecida, pois não foi demonstrado o interesse específico dela sobre o tema, mediante indicação dos motivos determinantes da solicitação.
- d) a conduta do servidor, ao indeferir o acesso, contraria os princípios da Lei de Acesso à Informação, que prevê a publicidade como regra e o sigilo como exceção.
- e) a divulgação de informações sobre publicidade institucional depende de regulamentação específica, razão pela qual a negativa foi válida.

15. Carlos solicitou a um órgão público federal cópias de documentos que fundamentaram a decisão de cancelar um processo seletivo para contratação temporária de professores. O setor responsável respondeu apenas que a decisão havia sido tomada pela diretoria, sem apresentar qualquer justificativa ou documentação. Carlos, inconformado, reiterou o pedido, mas novamente recebeu negativa, sem fundamentação. Diante dessa situação e com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público agiu corretamente, pois a divulgação de documentos internos pode comprometer a segurança institucional.
- b) a negativa de acesso sem fundamentação sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- c) Carlos não possui direito à documentação solicitada, pois ela se refere a deliberações internas da administração pública.
- d) a Administração só está obrigada a fornecer as informações após decisão judicial específica determinando o acesso.
- e) o acesso só será possível após a conclusão de auditoria interna sobre o processo seletivo, em razão do sigilo provisório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Rodrigo Bet*

16. Rodrigo, Governador do Estado Alfa, promoveu a inauguração de um hospital público e produziu um vídeo institucional no qual aparece em destaque realizando a entrega da obra, com menções ostensivas ao seu nome e à sua imagem (autopromoção pessoal). No mesmo período, nomeou parente de terceiro grau para cargo comissionado de direção do referido hospital.

Tais condutas violam frontalmente, respectivamente, os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF/1988:

- a) Razoabilidade e moralidade.
- b) Impessoalidade e moralidade.
- c) Impessoalidade e Razoabilidade.
- d) Publicidade e impessoalidade.
- e) Legalidade e eficiência.

17. O Ministério da Educação criou um Núcleo de Inovação Tecnológica vinculado diretamente ao próprio ministério, sem personalidade jurídica própria, e instituiu por lei uma Fundação de Desenvolvimento Educacional com personalidade jurídica de direito público.

Considerando os conceitos estrutura organizacional da Administração Pública, escolha a alternativa correta:

- a) O núcleo representa um processo de descentralização da administração direta, e a fundação, um de desconcentração da administração indireta.
- b) O núcleo integra a administração indireta, enquanto a fundação integra a administração direta.
- c) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, sem sujeição à tutela estatal.
- d) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, estando esta última submetida à tutela administrativa do Estado.
- e) Tanto o núcleo quanto a fundação são exemplos de entidades da administração indireta, sujeitas exclusivamente à hierarquia estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Rodrigo Rennó

18. A década de 1930 marcou um ponto de inflexão no Estado brasileiro, caracterizado pela centralização política e pela necessidade de modernização administrativa. Nesse contexto, a criação do DASP representou:

- a) a consolidação de um modelo descentralizado de gestão, transferindo funções a autarquias e fundações.
- b) o primeiro esforço sistemático de racionalização da máquina estatal, visando combater o patrimonialismo e organizar o serviço público sob critérios de mérito.
- c) a tentativa de institucionalizar o modelo gerencial, com foco em resultados e descentralização federativa.
- d) a absorção dos serviços sociais pelo núcleo estratégico do Estado, sob lógica de publicização.
- e) a exclusão da burocracia e adoção direta de modelos de governança em rede.

19. A administração pública no governo Collor ficou marcada por uma tentativa de reforma que, diferentemente da de 1995, foi conduzida de forma improvisada e desarticulada. O aspecto mais lembrado desse período foi:

- a) a valorização da burocracia weberiana como forma de profissionalização do serviço público.
- b) a introdução de contratos de gestão com organizações sociais.
- c) o fortalecimento da Administração Indireta, por meio de autarquias e fundações.
- d) a institucionalização de conselhos gestores e participação popular.
- e) a campanha de desmoralização contra servidores, acompanhada de demissões e cortes abruptos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

- 20.** Acerca da estrutura normativa das finanças públicas e do planejamento e execução orçamentária federal, considerando os preceitos da Constituição Federal e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- a) O Banco Central pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a entes da Administração Pública indireta, desde que em caráter excepcional e previamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual.
 - b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois essa competência é privativa da União e somente pode ser exercida mediante lei complementar.
 - c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser obrigatoriamente depositadas no Banco Central, como forma de garantir a unidade de tesouraria nacional.
 - d) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, o qual inclui a demonstração da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios e a avaliação atuarial dos regimes de previdência social.
 - e) O Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de subsídios e benefícios de natureza financeira.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

- 21.** No Município X ocorrerá processo de escolha de conselheiros tutelares. Antônio, defensor do direito das crianças na cidade, pretende concorrer a uma das vagas. Ao pesquisar mais sobre o assunto, descobriu que, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA),
- a) a idade mínima para a candidatura é de 18 anos.
 - b) o conselho é composto de 4 membros.
 - c) não se admite recondução, ainda que por novo processo de escolha.
 - d) o mandato é de 4 anos.
 - e) os membros não são remunerados.
- 22.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Trata-se de marco legal do atendimento da população em situação de rua. De acordo com o referido decreto, é uma característica da população em situação de rua:
- a) ser um grupo homogêneo.
 - b) possuir em comum a pobreza extrema.
 - c) não possuir qualquer vínculo familiar.
 - d) não utilizarem as unidades de acolhimento para pernoite.
 - e) possuírem moradia convencional regular

23. Pedro, muito preocupado com o seu filho João, diagnosticado com transtorno psicótico grave, após esgotados todas as tentativas extra-hospitalares, requereu a internação psiquiátrica de João, sem o seu consentimento e em estabelecimento apropriado para tanto. De acordo com a Lei 10.216/2001, trata-se de uma internação psiquiátrica

- a) involuntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- b) voluntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) compulsória, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- d) involuntária, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- e) compulsória, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

24. Pablo foi condenado pelo crime de roubo e encerrará o cumprimento de sua pena daqui a um mês. Sabendo da assistência que a Lei de Execução Penal estabelece ao egresso, ele procura se informar até quando será assim considerado. Em se tratando de liberado definitivo, a Lei de Execução Penal considerará Pablo como egresso pelo prazo de até

- a) 5 anos a contar da saída do estabelecimento.
- b) 6 meses a contar da saída do estabelecimento.
- c) 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
- d) 3 meses a contar da saída do estabelecimento.
- e) 2 anos a contar da saída do estabelecimento.

25. Carol é pessoa com deficiência e conta com o apoio de Alexandre, seu atendente pessoal. Considerando a situação de Carol, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece o direito de receber atendimento prioritário em determinadas situações. Ao pesquisar, Alexandre concluiu corretamente que não se estende a ele, na condição de atendente pessoal, o direito ao atendimento prioritário com a finalidade de

- a) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda.
- c) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais no ambiente corporativo tem transformado as relações de trabalho. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A digitalização promoveu estabilidade universal dos vínculos empregatícios, reduzindo a rotatividade no mercado.
- b) O teletrabalho e o uso de plataformas digitais ampliaram a flexibilidade, mas também intensificaram desafios relacionados à jornada e à saúde mental.
- c) A adoção de inteligência artificial e automação eliminou por completo a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores.
- d) O trabalho em plataformas digitais garantiu direitos trabalhistas uniformes e equivalentes aos dos contratos formais.
- e) A transformação digital neutralizou as desigualdades regionais de acesso ao emprego.

27. Um dos efeitos do uso de IA e automação na produtividade do setor público é:

- a) O aumento de gargalos burocráticos decorrentes da digitalização de serviços.
- b) A eliminação total de falhas em processos administrativos, tornando-os infalíveis.
- c) A possibilidade de análise de grandes volumes de dados em tempo reduzido, auxiliando na formulação de políticas públicas.
- d) A substituição de processos digitais por fluxos exclusivamente manuais, para preservar a segurança.
- e) A diminuição da necessidade de planejamento estratégico, já que a IA toma decisões de forma autônoma.

28. No contexto da administração pública, a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e automação busca, entre outros objetivos:

- a) Substituir integralmente os servidores públicos por sistemas inteligentes.
- b) Automatizar processos rotineiros, aumentando a eficiência e liberando recursos humanos para atividades estratégicas.
- c) Eliminar a necessidade de transparência, já que sistemas automatizados garantem imparcialidade absoluta.
- d) Tornar dispensáveis as legislações e normas, uma vez que a tecnologia se autorregula.
- e) Reduzir a interoperabilidade entre órgãos, para restringir o compartilhamento de informações.

29. A incorporação de novas tecnologias na gestão pública, embora amplie a eficiência, também apresenta riscos. Um deles é:

- a) A dependência excessiva de fornecedores privados de tecnologia, o que pode gerar riscos de soberania e de continuidade dos serviços.
- b) A impossibilidade de realizar auditorias em sistemas informatizados, que tornam os processos totalmente opacos.
- c) A completa eliminação da discricionariedade administrativa, uma vez que algoritmos substituem juízos humanos.
- d) A ausência de vulnerabilidades de segurança, já que as tecnologias emergentes são plenamente seguras.
- e) A garantia de universalização imediata de acesso digital para todos os cidadãos, independentemente de condições regionais.

30. O uso de tecnologias emergentes na administração pública pode acarretar riscos significativos. Um deles é:

- a) A adoção de padrões abertos de interoperabilidade, que favorecem a integração de sistemas governamentais.
- b) A implementação de plataformas digitais de governo eletrônico, que ampliam o acesso a serviços.
- c) A digitalização de processos administrativos, que aumenta a celeridade das entregas estatais.
- d) A utilização de computação em nuvem, que proporciona maior escalabilidade e flexibilidade.
- e) A exposição de dados sensíveis de cidadãos em caso de falhas de segurança cibernética, comprometendo a privacidade e a confiança pública.

EIXO TEMÁTICO 1

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

31. O tipo de planejamento voltado para as atividades rotineiras da organização, elaborado pelos supervisores, que se preocupa com “o que” deve ser feito e “como” realizar, com foco no curto prazo, é denominado:

- a) Planejamento estratégico
- b) Planejamento tático
- c) Planejamento operacional
- d) Planejamento institucional
- e) Planejamento global

32. João das Neves foi promovido a gerente em sua organização, mas a equipe não recebeu bem a notícia, demonstrando pouca confiança e respeito em relação à sua liderança. Além disso, os trabalhos do grupo não seguem metas claras nem

procedimentos definidos, e o novo gerente não terá poder para recompensar desempenhos positivos ou substituir membros com baixo rendimento.

Segundo a teoria da liderança contingencial de Fiedler, nessa situação o estilo de liderança mais eficaz será:

- a) orientado para o relacionamento.
- b) orientado para a tarefa.
- c) persuasivo.
- d) transformacional.
- e) diretivo.

33. Em uma empresa de consultoria, João das Neves participou de um processo de avaliação de desempenho diferente do habitual. Além do feedback de seu gestor, ele também recebeu avaliações de colegas de equipe, de subordinados, de clientes internos e externos, e até realizou sua própria autoavaliação. Esse método de avaliação é denominado:

- a) Incidentes Críticos.
- b) Comparação Binária.
- c) Efeito Halo.
- d) Escalas Gráficas.
- e) Avaliação 360°.

34. Durante uma reunião, dois membros da equipe de João das Neves entraram em conflito sobre a forma de conduzir uma tarefa. Para resolver a situação, João sugeriu que cada um cedesse em parte suas posições, de modo que ambos saíssem com ganhos e perdas equilibrados, aceitando soluções razoáveis. Esse estilo de administração de conflitos adotado por João das Neves corresponde a:

- a) colaboração;
- b) evitação;
- c) acomodação;
- d) concessão;
- e) competição.

GESTÃO DE RISCOS*Rodrigo Rennó*

35. Uma análise Bow Tie foi utilizada para avaliar riscos em uma planta química. Nessa técnica, o evento central (como o vazamento de substâncias tóxicas) é representado graficamente entre causas e consequências. O objetivo principal desse método é:

- a) substituir a análise qualitativa por medições exclusivamente estatísticas.
- b) analisar cenários hipotéticos de forma livre, sem uso de representações gráficas.
- c) produzir uma matriz simples de probabilidade e impacto, aplicável apenas em riscos financeiros.
- d) eliminar completamente a necessidade de auditorias independentes sobre riscos ambientais.
- e) identificar a cadeia de ameaças, eventos centrais e consequências, destacando controles preventivos e mitigativos.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO*Thayse Duarte*

36. A “negação institucional do sofrimento”, conceito presente na psicopatologia do trabalho, refere-se a:

- a) A recusa do trabalhador em reconhecer seu próprio adoecimento.
- b) A ausência de sintomas clínicos em ambientes tóxicos.
- c) A tendência das instituições em invisibilizar o sofrimento psíquico para manter a produtividade.
- d) A resistência aos direitos trabalhistas por parte da gestão.
- e) A negação dos sindicatos em lidar com questões de saúde mental.

MÉTODOS E PESQUISA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA*Daniel Almeida Bezerra*

37. Uma secretaria estadual de educação pretende investigar os fatores que influenciam o desempenho de alunos em escolas públicas. O estudo parte da hipótese de que a qualidade da formação docente e a infraestrutura escolar estão diretamente relacionadas aos resultados acadêmicos. Para tanto, utiliza um desenho de pesquisa que busca identificar relações de causalidade entre as variáveis, com coleta de dados em larga escala e análise estatística multivariada.

Nesse contexto, a pesquisa caracteriza-se como:

- a) Exploratória, pois busca levantar hipóteses preliminares sobre um tema ainda pouco conhecido.
- b) Descritiva, pois se limita a registrar os fenômenos observados sem estabelecer relações de causalidade.
- c) Explicativa, pois tem como objetivo principal identificar causas e efeitos entre variáveis.
- d) Filosófica, pois se ancora em reflexões conceituais abstratas e não em dados empíricos.
- e) Aplicada, pois busca exclusivamente resolver problemas práticos sem recorrer a análise teórica.

38. Um instituto de saúde pública conduz um estudo para avaliar o impacto de um programa de vacinação em diferentes regiões. Foram definidos dois grupos: em um deles, a vacinação foi implementada; no outro, manteve-se a rotina anterior. Não houve sorteio aleatório dos participantes, já que cada grupo correspondia a uma região geográfica específica. Após um ano, foram comparadas as taxas de incidência da doença.

Esse estudo é classificado como:

- a) Experimental, pois envolveu randomização rigorosa dos participantes entre grupos.
- b) Quase-experimental, pois houve manipulação da variável independente sem sorteio aleatório.
- c) Correlacional, pois se limitou a identificar associações estatísticas entre variáveis.
- d) Descritivo, pois o objetivo foi apenas caracterizar o perfil epidemiológico.
- e) Exploratório, pois buscou levantar hipóteses sobre um fenômeno ainda pouco estudado.

39. Uma pesquisadora acompanha, durante oito meses, as práticas de gestão comunitária em associações de moradores de periferias urbanas. Ela participa das assembleias, registra diários de campo, conduz entrevistas abertas e busca compreender os sentidos atribuídos pelos moradores às suas formas de organização coletiva. O objetivo é interpretar como essas práticas moldam a relação entre cidadania e participação política.

Nesse contexto, a pesquisa caracteriza-se como:

- a) Estudo de caso, pois descreve minuciosamente um fenômeno em seu contexto real, com múltiplas fontes de evidência.
- b) Fenomenológica, pois busca a essência das experiências vividas em relação a determinado fenômeno.

- c) Etnográfica, pois envolve imersão prolongada, observação participante e interpretação cultural das práticas sociais.
- d) Experimental, pois manipula variáveis e utiliza controle de grupos para análise causal.
- e) Narrativa, pois se centra apenas no relato individual das histórias de vida dos participantes.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Daud

40. O Município Alfa pretende contratar solução inovadora para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Contudo, a administração pública não possui clareza sobre as especificações técnicas e as soluções disponíveis no mercado que melhor atenderiam à sua necessidade. Diante desse cenário, o gestor responsável, com base na Lei nº 14.133/2021, avalia a possibilidade de utilizar a modalidade de licitação diálogo competitivo.

Considerando a situação hipotética e as disposições da referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações que envolvam, cumulativamente, inovação tecnológica e defesa nacional, não se aplicando ao caso em tela.
- b) É obrigatória, por expressa previsão legal, a divulgação do orçamento estimado da contratação desde o início da fase dos diálogos.
- c) Na fase de diálogo, a Administração deverá tratar todos os licitantes de forma isonômica, mas poderá divulgar as soluções propostas ou informações sigilosas de um licitante aos demais, em razão do princípio da publicidade.
- d) O diálogo competitivo é vedado para obras.
- e) Após a fase de diálogo, a Administração definirá a solução mais adequada e publicará edital com as especificações finais, sendo que apenas os licitantes que participaram dos diálogos poderão apresentar propostas.

41. O Secretário de Cultura de um Estado precisa contratar um renomado artista plástico, de notoriedade nacional, para a elaboração de uma escultura que será o marco central de um novo parque cultural. A escolha recaiu sobre um artista específico devido ao seu estilo único e consagrado pela crítica especializada, não havendo outro profissional que pudesse realizar a obra com a mesma concepção artística.

Com base na Lei nº 14.133/2021, essa contratação pode ser realizada por:

- a) dispensa de licitação, por notório saber, desde que o valor não ultrapasse o limite estabelecido para essa modalidade.
- b) inexistência de licitação, por inviabilidade de competição, em razão da contratação de profissional do setor artístico.
- c) concorrência, com critério de julgamento de melhor técnica, para garantir a isonomia entre todos os artistas interessados.
- d) concurso, pois se trata de escolha de trabalho técnico, artístico ou científico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.
- e) inexistência de licitação, desde que se demonstre que o valor do contrato é compatível com o praticado no mercado e que o artista é o único em atividade no país.

42. Um órgão federal planeja realizar uma licitação para a contratação de uma empresa especializada em limpeza e conservação. Na fase preparatória do certame, a equipe de planejamento da contratação elaborou um documento que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, descrevendo a necessidade da Administração, estimando as quantidades a serem contratadas, levantando as soluções disponíveis no mercado e avaliando os custos.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, esse documento, que fundamenta o termo de referência, entre outros, é denominado:

- a) Projeto Básico.

- b) Edital de Licitação.
- c) Estudo Técnico Preliminar.
- d) Análise de Riscos.
- e) Parecer Jurídico.

EIXO TEMÁTICO 2

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

André Rocha

43. As mudanças climáticas impõem novos desafios aos setores de segurança e defesa, exigindo ações intersetoriais e estratégias de adaptação. Com base nessa relação, assinale a alternativa incorreta.

- a) No Brasil, as funções das Forças Armadas incluem cooperar com o desenvolvimento nacional, dar suporte à Defesa Civil e atuar na repressão de delitos transfronteiriços e ambientais.
- b) Parte considerável do desmatamento no Brasil ocorre em terras públicas, o que demonstra a importância das forças de segurança na proteção desse patrimônio.
- c) A internacionalização da Amazônia é uma pauta que tem ganhado força no cenário internacional em decorrência da importância do bioma para a saúde do planeta como um todo.
- d) As Forças Armadas e de segurança precisam de treinamento especializado em resposta a desastres, busca e salvamento em ambientes hostis e operações de assistência humanitária.
- e) É necessário planejar a proteção de bases, unidades e ativos estratégicos para que possam operar mesmo em condições climáticas adversas.

GRANDE ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA*Leandro Signori*

44. A Grande Estratégia articula instrumentos políticos, militares, econômicos e diplomáticos em torno da soberania e do desenvolvimento. No Brasil, manifesta-se em documentos como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Com base nos conceitos de Grande Estratégia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A PND define os Objetivos Nacionais de Defesa, e a END detalha meios como a base industrial e o entorno estratégico.
- b) A “Amazônia Azul” expressa a importância do Atlântico Sul, unindo soberania, recursos, meio ambiente e projeção.
- c) A visão do Sul Global privilegia autonomia, desenvolvimento e integração, recusando perspectivas eurocêntricas.
- d) Os documentos da PND, END e LBDN reforçam a soberania, a autonomia tecnológica e a cooperação internacional.
- e) Estratégia militar, de segurança e grande estratégia têm os mesmos propósitos: batalhas e ordem interna.

45. O Brasil possui a segunda maior extensão de fronteiras terrestres do mundo, enfrentando desafios de segurança, integração e desenvolvimento nessas áreas. A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) destacam o caráter estratégico das regiões limítrofes, articulando vigilância, cooperação e desenvolvimento.

Com base nos conceitos da Política Nacional de Fronteiras, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A faixa de fronteira é definida pela Constituição como 250 km paralelos à linha divisória, exigindo autorização do Congresso Nacional para qualquer investimento estrangeiro.
- b) O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), do Exército, foi criado para monitorar apenas áreas urbanas da faixa de fronteira, sem integração com outros órgãos civis.
- c) As cidades gêmeas, como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, são reconhecidas como espaços de integração econômica, cultural e social entre países vizinhos.
- d) A Operação Ágata, realizada em 2025, buscou unicamente reforçar a presença militar na fronteira amazônica, sem ações cívico-sociais ou de cooperação internacional.
- e) A PNFron, instituída em 2024, tem foco exclusivo em repressão a ilícitos, deixando de lado dimensões sociais, ambientais e de integração regional.

46. O conceito de “entorno estratégico” do Brasil, presente na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), abrange áreas prioritárias onde se concentram oportunidades e riscos à soberania, à economia e à diplomacia nacionais.

Com relação ao tema em questão assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Atlântico Sul não integra o entorno estratégico brasileiro, sendo considerado apenas zona de interesse comercial, sem relevância geopolítica para a defesa.
- b) A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) busca preservar o Atlântico Sul como espaço livre de rivalidades extrarregionais, armas nucleares e militarização, reforçando a cooperação entre países sul-americanos e africanos.
- c) A Antártica não é tratada como parte do entorno estratégico, pois não tem relação com os interesses de defesa ou de ciência e tecnologia do Brasil.
- d) O conceito de “Amazônia Azul” está associado exclusivamente à preservação ambiental da floresta amazônica, sem conexão com a dimensão marítima da defesa nacional.
- e) A presença da 4ª Frota norte-americana no Atlântico Sul foi saudada de forma consensual no Brasil como sinal inequívoco de apoio à defesa nacional.

SOBERANIA DIGITAL

André Castro

47. Uma secretaria estadual quer garantir que **dados sensíveis** de cidadãos fiquem **no Brasil** e que **apenas o órgão** controle as chaves de criptografia. Qual opção atende melhor?

- a) Hospedar na nuvem em qualquer país e usar chaves do provedor.
- b) Hospedar em região do Brasil e usar chaves do provedor.
- c) Hospedar em região do Brasil e usar **suas próprias chaves** em **HSM do órgão** (HYOK).

d) Hospedar na UE e fazer backup no Brasil.

e) Manter tudo em on-premises sem criptografia.

48. Sobre riscos de dependência tecnológica (vendor lock-in) em projetos de governo, assinale a alternativa **correta**:

- a) O lock-in é inevitável e não pode ser mitigado por padrões abertos.
- b) Contêineres e Kubernetes eliminam 100% do lock-in, tornando portabilidade trivial.
- c) Arquiteturas baseadas em padrões abertos, dados em formatos interoperáveis e contratos com cláusulas de portabilidade reduzem lock-in sem inviabilizar inovação.
- d) O uso de serviços PaaS gerenciados é incompatível com soberania digital.
- e) Data lakes proprietários reduzem lock-in porque centralizam tudo num único formato do provedor.

49. Uma autarquia detecta atividade anômala em credenciais de um servidor crítico. Qual sequência de ações está **mais alinhada** a Zero Trust e resposta a incidentes?

- a) Bloquear toda a rede, restaurar de backup e comunicar depois.
- b) Presumir violação, isolar o ativo afetado, exigir MFA/rotação de credenciais, coletar evidências forenses, aplicar contenção seletiva, erradicar a causa e só então restaurar e comunicar.
- c) Reinstalar o servidor imediatamente para “limpar” e depois investigar.
- d) Apenas habilitar MFA e monitorar nas próximas 72h.
- e) Comunicar à imprensa para transparência e, em seguida, verificar os logs.

**BIOSSEGURANÇA: CONCEITOS E NORMAS
GOVERNAMENTAIS***Guilherme Gasparini*

50. Segundo a Lei 11.105/2005 que define diretrizes para o manejo de organismos geneticamente modificados (OGM), tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente e dá outras providências, assinale a alternativa que corresponda corretamente ao conceito de Organismo Geneticamente Modificado:

- a) Organismo cujo material genético tenha sido modificado por técnica de PCR, apenas.
- b) Organismo cujo material genético tenha sido modificado por técnica de CRISPR, apenas.
- c) Refere-se àquele organismo cujo material genético foi alterado exclusivamente por clonagem.
- d) Material genético alterado com a finalidade de produção de células-tronco embrionárias para utilização terapêutica.
- e) Refere-se àquele organismo cujo material genético foi alterado por qualquer técnica de engenharia genética.

SEGURANÇA INTERNACIONAL*Áulus Dias Warzeé*

51. A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945 com o principal propósito de manter a paz e a segurança internacionais. Sobre a solução de controvérsias entre os Estados, conforme disciplina estabelecida no Capítulo VI da Carta da ONU, assinale a alternativa correta.

- a) As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, devem, como primeira medida, submeter a disputa à apreciação da Assembleia Geral da ONU.
- b) Estado que não é membro da ONU não pode solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para uma controvérsia, ainda que o Estado não membro seja parte nessa controvérsia e aceite as obrigações de solução pacífica previstas na Carta da ONU.
- c) Não se admite que Estados membros da ONU que estejam envolvidos em uma controvérsia que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais procurem solucionar a disputa por meio de arbitragem.
- d) O Conselho de Segurança da ONU não tem competência para investigar controvérsias ou situações suscetíveis de provocar atritos entre os Estados, a fim de determinar se a continuação pode constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.
- e) As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, devem procurar, antes de tudo, chegar a uma solução por meios pacíficos de solução de controvérsias, notadamente por meios diplomáticos, políticos ou jurisdicionais, ou por qualquer meio pacífico de sua escolha.

52. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR foi assinado em 1947, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a segurança regional no continente americano e estabelecer e disciplinar uma obrigação de defesa mútua entre os membros do acordo. Sobre o TIAR, assinale a alternativa correta.

- a) O dever de assistência recíproca previsto no TIAR, segundo o qual os membros se comprometem a ajudar a fazer frente a um ataque armado sofrido por Estado americano, viola a Carta da ONU, na medida em que não é permitido o uso da força pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas.
- b) As medidas que podem ser determinadas pelo Órgão de Consulta compreendem a ruptura das relações diplomáticas ou consulares, a interrupção parcial ou total das relações econômicas, o emprego de forças armadas, entre outras.
- c) O TIAR qualifica expressamente como ato de agressão o ataque armado, provocado ou não, por um Estado contra o território, a população ou as forças terrestres, navais ou aéreas de outro Estado.
- d) As decisões do Órgão de Consulta que determinem a aplicação de medidas não são obrigatórias.
- e) As decisões no Órgão de Consulta são tomadas por maioria de votos.

53. A Resolução nº 1.373/01 foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) A Resolução nº 1.373/01 do CSNU condena expressamente os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA, em seu preâmbulo, mas estabelece que atos terroristas não constituem ameaça à paz e à segurança internacional à luz da Carta da ONU.
- b) A Resolução nº 1.373/01 do CSNU estabelece medidas de combate ao terrorismo, mas não aborda a questão do financiamento de atos terroristas.

c) A Resolução nº 1.373/01 do CSNU estabelece que os Estados devem impedir a movimentação de terroristas ou grupos terroristas, mediante efetivo controle de fronteiras, mas não define, propriamente, o que é um ato terrorista.

d) A Resolução nº 1.373/01 do CSNU não obriga o Brasil e as suas disposições não têm vigência no ordenamento jurídico brasileiro.

e) A Resolução nº 1.373/01 do CSNU replica as disposições mais importantes das principais convenções internacionais específicas sobre o terrorismo, o que torna irrelevante a adesão dos membros da ONU a esses acordos.

54. Uma das vertentes do Direito Internacional dos Conflitos Armados compreende as normas do chamado *jus ad bellum*, ou direito à guerra, em que são estabelecidas as hipóteses em que se admite o recurso a uma ação armada de maneira lícita, isto é, em conformidade com o Direito Internacional. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a Carta da ONU, todos os membros da organização devem solucionar as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos.
- b) A Carta da ONU não admite o uso da força diretamente pelos Estados em nenhuma hipótese.
- c) A guerra é considerada um meio absolutamente ilícito de solucionar controvérsias desde a criação da Liga das Nações, em 1919.
- d) Com o Pacto Briand-Kellogg, o direito à guerra passou a ser condicionado ao cumprimento de certos requisitos.
- e) O Conselho de Segurança da ONU pode decidir pelo emprego da força para enfrentar casos de ruptura da paz, mas não em casos de mera ameaça à paz.

EIXO TEMÁTICO 3**DEFESA NACIONAL***Alan Hirt*

55. A Lei nº 8.183 de 1991 define os membros natos do Conselho de Defesa Nacional. Considerando essa composição, assinale a alternativa que indica um membro que não faz parte do Conselho.

- a) O Vice-Presidente da República.
- b) O Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente do Senado Federal.
- d) O Ministro da Casa Civil.
- e) O Ministro das Relações Exteriores.

56. O Livro Branco de Defesa Nacional 2020 dedica-se a apresentar as Forças Singulares do Brasil, com suas missões, organizações e meios operativos. A Marinha do Brasil, com sua rica história e presença estratégica, é um dos pilares da defesa do País. Sobre a Marinha do Brasil, conforme as informações contidas no Livro Branco de Defesa Nacional 2020, marque a alternativa que não corresponde ao texto.

- a) A missão da Marinha do Brasil é preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria, para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei e para o apoio à Política Externa.
- b) Os Comandos de Distritos Navais (ComDN) têm como propósito contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, nas suas respectivas áreas de jurisdição.
- c) O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) é uma tropa exclusivamente terrestre, sem capacidade de projeção de poder sobre o ambiente marítimo.
- d) A Diretoria-Geral de Navegação tem como propósito contribuir para o preparo e aplicação do Poder Naval e do Poder Marítimo, no tocante às atividades relacionadas a assuntos marítimos, segurança da navegação, salvaguarda da vida humana, hidrografia, oceanografia e meteorologia.

e) A Marinha conta, atualmente, com um efetivo de cerca de 80 mil militares, e planeja reduzi-lo para 69 mil, gradualmente, até 2030.

57. O Decreto nº 12.481, de 2 de junho de 2025, estabelece uma série de objetivos para a Política Marítima Nacional, visando desde a segurança da soberania até o fortalecimento da posição do Brasil no cenário internacional. A clareza desses objetivos é essencial para as orientações estratégicas. Dentre os objetivos da Política Marítima Nacional (PMN), conforme o Decreto nº 12.481 de 2025, qual alternativa apresenta incorretamente uma orientação estratégica para assegurar o exercício da soberania brasileira?

- a) Desenvolver a infraestrutura necessária apenas em ilhas costeiras, excluindo as oceânicas.
- b) Promover a cooperação internacional com vistas à proteção marítima e à prevenção de atos ilícitos.
- c) Aprimorar as capacidades necessárias ao Sistema Nacional de Mobilização.
- d) Aperfeiçoar a proteção das infraestruturas críticas.
- e) Desenvolver instituições civis e militares destinadas à proteção marítima, incluídas sua integração e cooperação.

58. O Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), criado pela Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, possui um conjunto de competências essenciais para o planejamento e a condução da Mobilização e Desmobilização Nacionais. A definição clara dessas competências é vital para a eficácia do sistema. De acordo com as competências atribuídas ao SINAMOB, conforme a Lei nº 11.631, assinale a alternativa correta.

- a) O SINAMOB tem a responsabilidade exclusiva de executar os planos setoriais de Mobilização Nacional, sem consolidação.
- b) Compete ao SINAMOB prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente da República apenas nas medidas relativas à Mobilização Nacional, excluindo a Desmobilização Nacional, que fica a cargo do Ministro da Defesa
- c) O SINAMOB é encarregado de formular a Política de Mobilização Nacional e elaborar o Plano Nacional de Mobilização.
- d) As requisições de informações pelo SINAMOB a órgãos estaduais e municipais não têm prioridade absoluta.
- e) A estrutura do SINAMOB opera de forma descentralizada e com autonomia total dos seus componentes.

59. O Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010, detalha as responsabilidades e atribuições das autoridades e órgãos que compõem a Estrutura Militar de Defesa. A clareza nessas competências é fundamental para a coordenação e eficácia das ações de defesa. Sobre as competências da Estrutura Militar de Defesa, conforme o Decreto nº 7.276 de 2010, assinale a alternativa que apresenta uma atribuição INCORRETA do Presidente da República.

- a) Decidir sobre o emprego das Forças Armadas.
- b) Determinar a ativação dos Comandos Operacionais ao Ministro de Estado da Defesa.
- c) Designar os Comandantes dos Comandos Operacionais.

d) Emitir diretrizes que orientem as ações dos Comandos Operacionais em caso de emprego.

e) Aprovar os planejamentos estratégicos realizados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

60. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) desempenha um papel fundamental na coordenação de informações e na prevenção de crises, especialmente quando as Forças Armadas são empregadas na garantia da lei e da ordem. O Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, estabelece as responsabilidades do GSI nesse cenário. Dentre as incumbências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando as Forças Armadas são empregadas na garantia da lei e da ordem, conforme o Decreto nº 3.897 de 2001, assinale a alternativa incorreta.

- a) Prover informações ao Presidente da República nos assuntos referentes à garantia da lei e da ordem, particularmente os discutidos na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- b) Centralizar, por meio da Agência Brasileira de Inteligência, os conhecimentos produzidos pelos órgãos de inteligência que interessem à execução de medidas, ficando o planejamento para o Ministério da Defesa.
- c) Elaborar e expedir o documento oficial que comunica a decisão presidencial de emprego das Forças Armadas ao Ministro de Estado da Defesa.
- d) Prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, solicitando ao Ministério da Defesa a ativação do Gabinete de Crise.
- e) Contatar o Governador do Estado para articular a passagem de efetivos da respectiva polícia militar ao controle operacional do comando militar.

61. A Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, estabelece normas especiais para as compras, contratações e desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, além de dispor sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. Essa legislação visa fortalecer a Base Industrial de Defesa brasileira. De acordo com a Lei nº 12.598 de 2012, assinale a alternativa correta em relação às definições de produtos e empresas de defesa.

- a) Produto de Defesa (PRODE) inclui todo bem, serviço, obra ou informação, exceto fardamentos e materiais de uso individual e coletivo.
- b) Produto Estratégico de Defesa (PED) é qualquer PRODE, independentemente de seu conteúdo tecnológico ou dificuldade de obtenção.
- c) Empresa Estratégica de Defesa (EED) é toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa que, entre outras condições, deve ter no País a sede, sua administração e o estabelecimento industrial.
- d) Sistema de Defesa (SD) é um conjunto de PRODES que não necessariamente atende a uma finalidade específica.
- e) A condição de Empresa Estratégica de Defesa é permanente, uma vez concedida, e não pode ser revogada.

62. A composição da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo é detalhada no Decreto nº 9.819, de 3 de junho de 2019, incluindo Ministros de Estado e convidados permanentes. Conhecer essa composição é fundamental para entender a representatividade e a abrangência de suas discussões. Sobre a composição da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, assinale a alternativa que está em desacordo com o Decreto nº 9.819 de 2019.

- a) A Câmara é presidida pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- b) O Ministro da Economia é um dos membros da Câmara.

c) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são convidados a participar das reuniões em caráter permanente.

d) O Ministro do Meio Ambiente não faz parte da composição da Câmara, sendo possível sua participação apenas mediante convite específico.

e) O Presidente da Câmara pode convidar para participar das reuniões representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, sem direito a voto.

63. A Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, estabelece a organização e o funcionamento do Conselho da República, um órgão superior de consulta ao Presidente da República, com atribuições específicas em momentos cruciais para a estabilidade democrática. A compreensão de sua natureza é fundamental. De acordo com a Lei nº 8.041 de 1990, sobre o Conselho da República, assinale a alternativa que está em desacordo com o texto.

a) O Conselho da República é um órgão superior de consulta do Presidente da República.

b) Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

c) O Conselho da República tem como competência opinar sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

d) A participação no Conselho da República é considerada atividade relevante e remunerada.

e) O Presidente da República preside o Conselho da República.

64. Sobre o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, que são fundamentais para compreender o papel e a organização das Forças Armadas no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na autoridade e na responsabilidade.
- b) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, destinam-se exclusivamente à defesa da Pátria.
- c) As Forças Armadas são chefiadas pela autoridade suprema do Ministro da Defesa.
- d) A garantia da lei e da ordem é uma competência primária das Forças Armadas, sem depender da iniciativa de qualquer dos Poderes constitucionais.
- e) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.

DIREITO DO MAR

Áulus Dias Warzeé

65. De acordo com a Convenção de Montego Bay, o Estado costeiro exerce soberania sobre o seu mar territorial, mas deve tolerar a passagem inocente de navios de outros Estados por essa área. Sobre a passagem inocente, assinale a alternativa correta.

- a) A passagem deve ser contínua e rápida, mas admite o parar e o fundear para que seja realizada atividade de pesca.
- b) A passagem é considerada inocente mesmo que seja praticado ato intencional e grave de poluição.
- c) O Estado costeiro não pode exercer a sua jurisdição penal a bordo do navio estrangeiro que esteja passando pelo seu mar territorial vindo das águas interiores.
- d) O Estado costeiro pode adotar medidas executórias ou cautelares, em matéria civil, contra o navio estrangeiro que passe pelo seu mar territorial, se as medidas forem tomadas por força de obrigações assumidas pelo navio.
- e) Não se admite que sejam cobradas taxas de navios que passem pelo mar territorial em nenhuma hipótese.

66. O Direito do Mar cuida da regulação dos espaços marítimos e do exercício de direitos, deveres e competências pelos Estados nesses espaços. Nesse contexto, o Direito do Mar compreende a disciplina de institutos importantes, como o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Os recursos naturais da plataforma continental, sobre os quais o Estado costeiro exerce direitos de soberania exclusivos para efeitos de exploração e aproveitamento, compreendem os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo.
- b) O Estado costeiro exerce direitos de soberania exclusivos para efeitos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais da zona econômica exclusiva, de modo que não há, na Convenção de Montego Bay, nenhuma obrigação de utilização dos recursos vivos.
- c) Todos os Estados têm o direito de realizar perfurações e de colocar cabos e dutos submarinos na plataforma continental, mas o traçado da linha para a perfuração ou para a colocação dos cabos e dutos fica sujeito ao consentimento do Estado costeiro.
- d) A plataforma continental de um Estado costeiro compreende as águas sobrejacentes ao leito do mar, o leito do mar e o subsolo, que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 350 milhas marítimas contadas do limite exterior do mar territorial.
- e) Na zona econômica exclusiva, todos os Estados, quer costeiros quer sem litoral, gozam das liberdades de navegação, sobrevoo, de colocação de cabos e dutos submarinos, de investigação

científica, e de construção de ilhas artificiais e outras instalações e estruturas.

EIXO TEMÁTICO 4

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Giulian Salvador

67. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei nº 13.675/2018, tem como finalidade integrar de forma articulada os órgãos de segurança pública, de defesa social e demais instituições correlatas. Sua estrutura organiza-se em órgãos estratégicos, responsáveis pela formulação, deliberação e planejamento das políticas públicas de segurança, e órgãos operacionais, incumbidos da execução prática das ações no território nacional.

Acerca da composição do SUSP, assinale a alternativa correta:

- a) Entre os órgãos estratégicos do SUSP, incluem-se a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federativos.
- b) Entre os órgãos operacionais do SUSP, incluem-se, exclusivamente, as polícias militares, as polícias civis, as guardas municipais e os corpos de bombeiros militares.
- c) O SUSP restringe-se à esfera federal, integrando apenas os órgãos da União, não havendo participação dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- d) A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) não integram o rol de órgãos operacionais do SUSP.
- e) A função dos órgãos estratégicos é a execução imediata de ações de segurança pública, enquanto os órgãos operacionais ficam responsáveis apenas pela coordenação política e pela formulação de diretrizes nacionais.

68. A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei nº 13.675/2018, estabelece princípios e diretrizes que orientam a atuação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Os princípios são valores fundamentais que norteiam a política pública, como o respeito aos direitos humanos, a transparência e a valorização dos profissionais. Já as diretrizes consistem em orientações práticas e programáticas, como a capacitação contínua dos agentes, o planejamento estratégico e a interoperabilidade tecnológica entre órgãos.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) A participação e o controle social, a resolução pacífica de conflitos e o uso comedido da força são diretrizes da PNSPDS.
- b) O fortalecimento da prevenção, especialmente da letalidade violenta, com atenção aos grupos vulneráveis, é princípio da PNSPDS.
- c) O respeito aos direitos fundamentais e ao ordenamento jurídico constitui princípio da PNSPDS.
- d) A capacitação contínua dos profissionais, conforme matriz curricular nacional, representa princípio da PNSPDS.
- e) A promoção da cidadania e a proteção da vida e do meio ambiente são diretrizes da PNSPDS.

69. O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), instituído pela Lei nº 13.756/2018, constitui importante mecanismo de financiamento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. A legislação determina percentuais mínimos de aplicação de seus recursos em áreas específicas, de forma a assegurar a valorização dos profissionais e a proteção de grupos vulneráveis.

Sobre a destinação obrigatória dos recursos do FNSP, assinale a alternativa correta:

- a) No mínimo 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública.

- b) Entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a programas habitacionais e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

- c) No mínimo 10% dos recursos empenhados do FNSP devem ser destinados a ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

- d) Entre 5% e 10% dos recursos do FNSP devem ser destinados à valorização salarial dos profissionais da segurança pública.

- e) No máximo 5% dos recursos empenhados do FNSP podem ser aplicados em programas habitacionais e de qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

70. O sistema penitenciário federal, instituído pela Lei nº 11.671/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 6.049/2007, prevê estabelecimentos penais federais de segurança máxima com características próprias voltadas ao isolamento de presos de alta periculosidade ou que representem risco à ordem nos presídios estaduais. Essas unidades possuem regras específicas quanto à capacidade, regime, segurança e acomodação. Assinale a alternativa correta acerca das características dos estabelecimentos penais federais:

- a) A capacidade máxima é de 500 presos, em regime semiaberto ou fechado, priorizando medidas de ressocialização imediata.

- b) Os estabelecimentos penais federais são destinados exclusivamente a presos provisórios em regime semiaberto.

- c) A segurança externa é de responsabilidade das Forças Armadas, enquanto a segurança interna cabe às polícias civis estaduais.

- d) Os presos são acomodados em celas coletivas, visando otimizar espaço e reduzir custos de manutenção.

- e) A capacidade máxima é de 208 presos, todos em regime fechado, com acomodação individual em celas e segurança exercida pelos Policiais Penais Federais.

71. O Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), instituído pela Lei Complementar nº 79/1994, é um dos principais instrumentos de financiamento do sistema penitenciário brasileiro. Sua gestão cabe à Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), e a legislação estabelece critérios específicos de distribuição dos repasses entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sobre a forma de distribuição dos recursos do FUNPEN, assinale a alternativa correta:

- a) 80% dos recursos são destinados aos fundos penitenciários estaduais e distrital, sendo distribuídos proporcionalmente à população carcerária, e os 20% restantes vão para os municípios que possuem estabelecimentos penais.
- b) 90% dos recursos são destinados aos fundos penitenciários estaduais e distrital, divididos em três partes iguais: uma segundo as regras do Fundo de Participação dos Estados, outra proporcional à população carcerária e a última de forma igualitária.
- c) 70% dos recursos são destinados aos estados e ao Distrito Federal, divididos igualmente, enquanto os 30% restantes cabem aos municípios onde se localizam estabelecimentos penais.
- d) 60% dos recursos são destinados aos estados conforme a regra do Fundo de Participação dos Estados, enquanto os 40% restantes são distribuídos exclusivamente conforme a população carcerária.
- e) 50% dos recursos são distribuídos aos estados de forma igualitária, 30% aos municípios e 20% proporcionalmente à população carcerária.

72. O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) prevê o registro obrigatório das armas de fogo no Brasil, dividindo competências entre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), gerido pela Polícia Federal, e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), sob responsabilidade do Exército. Embora distintos, esses sistemas atuam de forma complementar, de acordo com a natureza civil ou militar das armas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O SINARM é responsável pelo registro das armas de fogo de uso restrito.
- b) O SIGMA registra exclusivamente as armas de uso permitido adquiridas por cidadãos civis.
- c) O SINARM e o SIGMA possuem atribuições idênticas, podendo qualquer deles registrar armas civis ou militares sem distinção.
- d) O SINARM registra armas de fogo de uso permitido e, excepcionalmente, armas de uso restrito adquiridas por instituições de segurança pública não militares, enquanto o SIGMA registra as armas de uso restrito sob controle das Forças Armadas.
- e) O SIGMA é subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo responsável pelo registro de todas as armas civis do país.

73. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), criado pela Lei nº 12.681/2012 e reformulado pela Lei nº 14.531/2023, constitui um instrumento fundamental para a gestão da segurança pública no Brasil. Seus objetivos vão muito além da mera coleta de dados, buscando padronizar informações, integrar sistemas e orientar políticas públicas baseadas em evidências.

Assinale a alternativa correta sobre os objetivos do SINESP:

- a) O SINESP tem por objetivo exclusivo a produção de estatísticas criminais para fins acadêmicos, sem vinculação com a formulação de políticas públicas.
- b) Compete ao SINESP coletar e integrar dados apenas das polícias estaduais, sem qualquer interface com o sistema prisional ou com políticas sobre drogas.
- c) O SINESP não possui competência para tratar de dados relacionados aos profissionais de segurança pública, restringindo-se a informações sobre crimes e criminosos.
- d) Entre os objetivos do SINESP está a integração de redes e sistemas de dados da segurança pública, justiça criminal, sistema prisional e políticas sobre drogas, garantindo a interoperabilidade entre diferentes órgãos.
- e) O SINESP é responsável pela execução direta das políticas de segurança pública, atuando como órgão operacional no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

74. O Brasil figura entre os países com maiores taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais, fenômeno que revela desigualdades regionais, seletividade penal e predomínio da lógica bélica no enfrentamento à criminalidade. Simultaneamente, registra-se elevado índice de policiais vitimados, especialmente fora do horário de serviço, realidade que também demanda políticas específicas de proteção e valorização profissional.

Sobre a temática da letalidade e vitimização policial, assinale a alternativa correta:

- a) Letalidade policial refere-se às mortes de policiais no exercício da função, enquanto vitimização policial diz respeito às mortes causadas por agentes de segurança pública contra civis.
- b) O ciclo de violência entre polícias e comunidades vulneráveis é agravado pela ausência de protocolos de uso progressivo da força, pela impunidade e pela predominância de uma cultura institucional de confronto.
- c) A Lei nº 15.134/2025 extinguiu a causa de aumento de pena em casos de lesão corporal contra policiais, mantendo apenas a qualificadora para homicídios.
- d) Estados como Amazonas, Paraná e Santa Catarina figuram entre os mais letais do país em número de mortes decorrentes de intervenções policiais.
- e) O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social estabeleceu como meta a redução da vitimização policial em 10% até 2030, sem contemplar medidas relacionadas ao suicídio entre profissionais de segurança.

75. O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), instituído pelo Decreto nº 7.626/2011, visa ampliar e qualificar a oferta educacional em estabelecimentos penais, contemplando desde a educação básica até a superior, bem como a educação profissional e tecnológica. Entre seus fundamentos, estão a reintegração social por meio da educação, a integração entre órgãos de ensino e justiça e a observância das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) A adesão dos estados e do Distrito Federal ao PEESP é obrigatória, sendo vedada a recusa de participação mediante plano de ação.
- b) O PEESP restringe-se à oferta de educação básica, não contemplando a educação profissional, tecnológica e superior.
- c) A execução do PEESP é de competência exclusiva do Ministério da Educação, cabendo ao Ministério da Justiça apenas a supervisão financeira.
- d) Entre os objetivos do PEESP não se inclui a continuidade dos estudos para egressos do sistema prisional, que ficam sob responsabilidade exclusiva das Secretarias Estaduais de Educação.
- e) A adesão ao PEESP pelos estados e Distrito Federal é voluntária, mediante apresentação de plano de ação com diagnóstico, metas e estratégias, podendo ainda ser firmados convênios e parcerias com outros entes e entidades.

76. A Política Nacional de Monitoração Eletrônica de Pessoas foi instituída como mecanismo de fiscalização do cumprimento de medidas cautelares, penas restritivas de direitos e benefícios na execução penal. Seu objetivo é reduzir o encarceramento, racionalizar o sistema prisional e garantir maior efetividade ao sistema de justiça criminal.

Sobre a monitoração eletrônica, assinale a alternativa correta:

- a) A monitoração eletrônica pode ser aplicada sem decisão judicial fundamentada, bastando a autorização administrativa da autoridade penitenciária.
- b) O aceite da pessoa monitorada não é necessário, já que a medida pode ser imposta coercitivamente, inclusive com uso de força física.
- c) Os dados coletados pela monitoração eletrônica são públicos, assegurando-se a qualquer interessado o acesso irrestrito às informações.
- d) A monitoração eletrônica somente pode ser utilizada durante a execução da pena, não sendo admitida em substituição à prisão cautelar.
- e) A monitoração eletrônica deve respeitar os direitos fundamentais da pessoa submetida, assegurando a preservação de sua integridade física, moral e social, sendo cabível apenas quando medidas menos gravosas forem insuficientes.

77. O controle da atividade policial pode ser exercido sob duas perspectivas: o controle interno, voltado para a disciplina, a ética e a conduta funcional dos policiais; e o controle externo previsto na Constituição Federal. Esse último tem como finalidade assegurar a eficiência investigativa, a transparência, a prevenção da violência policial e a conformidade da atuação estatal com os princípios constitucionais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, podendo requisitar informações e diligências necessárias, com base no art. 129, VII, da Constituição Federal.
- b) O controle externo da atividade policial é atribuído ao Poder Judiciário, que deve fiscalizar diretamente a condução das investigações criminais e a legalidade das provas produzidas.
- c) O controle externo da atividade policial é exercido pela Corregedoria-Geral das instituições de segurança pública, enquanto o controle externo é realizado pelas corregedorias das polícias.
- d) A função de controle externo do Ministério Público é de caráter meramente reativo, limitando-se a corrigir eventuais falhas constatadas em investigações já concluídas.
- e) O Ministério Público, ao exercer o controle externo, deve atuar em regime de subordinação aos órgãos de segurança pública, respeitando sua autonomia administrativa e hierárquica.

REGRAS DE NELSON MANDELA E REGRAS DE BANGKOK

Ricardo Torques

78. Leia o texto a seguir:

“As condições que encontrei eram as piores possíveis, nunca visitei um presídio feminino em condições ideais no Brasil, todos sofriam de infiltração e bolor. Houve um caso no Norte do país onde encontrei uma mulher que sofreu aborto espontâneo e não passou por curetagem, ela estava com febre e saía um líquido grosseiro, era uma

situação de revirar o estômago. O exemplo mais emblemático foi a questão dos absorventes, que não eram distribuídos com suficiência nos presídios. Ouvi mulheres que usavam até miolo de pão, jornais e camisetas rasgadas, uma coisa subumana. Também existe a questão das crianças presas. Quando você não considera a especificidade de gênero, você não considera que mulheres engravidam e que precisam de pré-natal, de vitaminas, de exame de mama, de colo de útero. Você tem quase duas mil crianças dormindo em colchão mofado em chão de penitenciária, porque o Estado se recusa a ver que mulher tem filho e que essas crianças merecem um tratamento humano, afinal se tem alguém que é inocente preso no Brasil são essas crianças. Essa é a realidade mais cruel de todo esse sistema”.

(Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/regras-de-bangkok-jogam-luz-nas-mazelas-de-genero-do-sistema-penal-diz-autora/>)

O texto acima bem ilustra que o Brasil não segue à risca todos os parâmetros estabelecidos nas Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, também conhecida como “Regras de Bangkok”. De acordo com as Regras de Bangkok, assinale a alternativa correta:

- a) Mulheres presas deverão sempre permanecer em prisões próximas ao seu meio familiar.
- b) A acomodação de mulheres presas deverá conter instalações e materiais exigidos para satisfazer às necessidades de higiene específicas das mulheres, incluindo absorventes higiênicos gratuitos.
- c) Sanções disciplinares para mulheres presas devem incluir proibição de contato com a família.
- d) Instrumentos de contenção podem ser usados em mulheres em trabalho de parto para evitar fuga.
- e) Admite-se a aplicação de sanções de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres gestantes.

EIXO TEMÁTICO 5**ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DA
INFÂNCIA EM AMBIENTES DIGITAIS,
MIGRAÇÕES E ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS E AO CONTRABANDO
DE MIGRANTES, DIREITO INTERNACIONAL
HUMANITÁRIO E COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL***Ricardo Torques*

79. A Resolução nº 245/2025 do CONANDA dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. De acordo com a referida resolução, o uso de ferramentas de moderação e controle de conteúdo digital que visam impedir que crianças e adolescentes tenham acesso a conteúdo e serviços nocivos

- a) independe de compatibilidade com seu direito de liberdade de expressão.
- b) independe de compatibilidade com seu direito de acesso à informação.
- c) é ilícito, pois deve prevalecer o direito de liberdade de expressão e de acesso à informação.
- d) é obrigatório em qualquer computador acessado por criança ou adolescente.
- e) deve ser compatível com o respeito ao seu direito à liberdade de expressão e de acesso à informação.

80. Enquanto uma das três vertentes da proteção internacional, o direito humanitário

- a) rechaça a existência de qualquer conflito armado.
- b) somente se aplica a conflitos internos.
- c) abrange exclusivamente a responsabilidade de estados soberanos.
- d) objetiva criar condições de paz e de segurança às pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade em razão de conflitos militares e bélicos.
- e) rechaça posição do indivíduo como sujeito passivo de direito internacional.

81. Pedro, 11 anos, tem sido vítima de assédio moral sistemático em grupo de whatsapp, o que foi descoberto por sua mãe e pelo seu pai. Ao pesquisarem o tema mais a fundo, chegaram a conclusão de que Pedro estava sendo vítima de

- a) Exploração econômica .
- b) Cyberbullying.
- c) Radicalização.
- d) Violação da privacidade.
- e) Vício digital.

**QUESTÕES BRASILEIRAS
CONTEMPORÂNEAS***Leandro Signori*

82. A utilização do sistema judicial como instrumento de perseguição política, fenômeno conhecido como *lawfare*, pode gerar consequências negativas para a democracia. Entre elas, destaca-se:

- a) fortalecimento da confiança social no sistema de justiça, ainda que à custa de seletividade.
- b) ampliação da imparcialidade institucional, por meio do maior protagonismo judicial.
- c) erosão da confiança pública nas instituições, devido à percepção de uso seletivo do direito.
- d) estabilização do sistema político, ao eliminar adversários considerados ilegítimos.
- e) fortalecimento automático do Estado de Direito, ao assegurar punição aos agentes políticos.

83. Os Conselhos Nacionais são órgãos de caráter consultivo ou deliberativo que representam uma determinada área ou setor dentro do âmbito nacional. A respeito do papel dos Conselhos Nacionais na estrutura de participação social no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) São eventos periódicos que reúnem representantes para discutir questões de interesse público.
- b) São consultas virtuais para sistematizar a opinião da sociedade sobre políticas públicas.
- c) São órgãos permanentes instituídos pelo governo com poder de opinar e decidir sobre políticas públicas.
- d) São instituições responsáveis por receber reclamações, solicitações e denúncias sobre serviços públicos.
- e) São eventos presenciais abertos a qualquer interessado, consultando a sociedade sobre temas específicos.

84. A expansão das redes sociais digitais transformou profundamente o modo como os indivíduos se informam, interagem e participam da esfera pública. Se, por um lado, essas plataformas ampliaram o acesso à informação e deram voz a diferentes grupos sociais, por outro, também intensificaram processos de polarização política e social.

Diante desse contexto, analise as afirmações abaixo sobre a relação entre redes sociais, polarização e extremismo violento, e assinale a **CORRETA**:

- a) A noção de “bolha de informação”, formulada por Eli Pariser, descreve o isolamento informacional criado pela personalização algorítmica, que reduz a diversidade de visões e favorece o consumo de conteúdos que confirmam crenças prévias.
- b) Cass Sunstein identifica nas “câmaras de eco” um mecanismo de reforço de opiniões semelhantes, que fortalece posições radicais e diminui a disposição ao debate democrático, podendo gerar “enclaves de extremismo”.

c) A difusão de fake news e desinformação atua como catalisadora do extremismo, pois reforça visões cristalizadas, cria inimigos simbólicos e contribui para a corrosão da confiança em instituições democráticas.

d) Segundo a ONU, o extremismo violento é caracterizado pela ação de grupos terroristas transnacionais, não se aplicando a fenômenos digitais de radicalização interna em sociedades democráticas.

e) O papel dos algoritmos de recomendação é central para a intensificação da radicalização online, pois priorizam conteúdos de alta interação, frequentemente mais polêmicos e extremos, ampliando a visibilidade de narrativas hostis.

85. As Conferências Nacionais são um dos principais instrumentos de participação da população na política brasileira. Esse instrumento democrático tem como principal função:

- a) decidir sobre a nomeação de gestores de políticas públicas.
- b) consultar a sociedade civil sobre temas de interesse público.
- c) opinar sobre políticas públicas e fiscalizar sua execução.
- d) propor diretrizes e exercer a fiscalização orçamentária.
- e) deliberar sobre a aprovação ou rejeição de atos legislativos ou administrativos.

86. No Brasil e em outros países da América Latina, processos judiciais marcados por seletividade e motivações políticas suscitaram intenso debate sobre os efeitos do *lawfare*. Nesse contexto, a crítica central é a de que tais práticas:

- a) promovem o devido processo legal e fortalecem a separação de poderes.
- b) contribuem para a institucionalização de novas formas de autoritarismo judicial.
- c) reduzem a politização do Judiciário e aumentam a transparência das decisões.
- d) ampliam a participação popular nos julgamentos de lideranças políticas.
- e) configuram exceções legítimas quando aplicadas a crimes de corrupção de grande repercussão.

DIREITOS DIGITAIS

Antonio Daud

87. Uma autoridade policial, no curso de uma investigação criminal sobre uma organização criminosa, precisa identificar os usuários que acessaram a internet a partir de um determinado endereço físico em um período específico. Para tanto, expede um ofício diretamente ao provedor de conexão à internet, solicitando o fornecimento dos registros de conexão (logs) dos últimos 15 meses.

Conforme a Lei nº 12.965/2014, o provedor de conexão:

- a) deve fornecer imediatamente os dados, pois a requisição policial em investigação criminal dispensa ordem judicial.
- b) não pode fornecer os dados, pois os registros de conexão são sigilosos e não podem ser acessados nem mesmo por ordem judicial.
- c) deve guardar os registros pelo prazo mínimo de um ano e somente poderá fornecê-los mediante ordem judicial.

d) deve guardar os registros pelo prazo mínimo de seis meses e pode fornecê-los mediante requisição do Ministério Público ou da polícia.

e) deve fornecer os dados, mas apenas os relativos aos últimos 90 dias, prazo máximo de armazenamento previsto em lei.

CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Renan Araujo

88. Ricardo, presidente de determinado partido político, dificultou, com o emprego de violência psicológica, o exercício dos direitos políticos por parte de Juliana, criando obstáculos à sua candidatura ao cargo de vereadora, apenas pelo fato de esta ser mulher. Nesse caso, a conduta de Ricardo configura o crime de:

- a) Violência política, sem causas de aumento de pena.
- b) Violência política, majorada por ter sido praticado o crime contra mulher.
- c) Interrupção do processo eleitoral.
- d) Sabotagem, sem causas de aumento de pena.
- e) Fato atípico, pois não houve emprego de violência física ou grave ameaça.

COMBATE À CORRUPÇÃO: RECUPERAÇÃO DE ATIVOS; ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO (ENCCLA).*Giulian Salvador*

89. Para o Supremo Tribunal Federal, o combate à corrupção, à ilegalidade e à imoralidade no poder público, com graves reflexos na carência de recursos para a implementação de políticas públicas de qualidade, deve ser prioridade absoluta no âmbito de todos os órgãos constitucionalmente institucionalizados (ADIs 7042 e 7043). Considerando essa diretriz e os instrumentos brasileiros e internacionais de enfrentamento da corrupção, assinale a alternativa correta:
- a) O combate à corrupção deve se restringir à atuação repressiva, sendo desnecessárias políticas preventivas ou de integridade institucional.
 - b) Dentre os órgãos integrantes da estrutura oficial da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), não está incluído o Conselho de Defesa Social.
 - c) A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) possui dois representantes de cada unidade federativa.
 - d) O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) foi implementado a partir das reuniões bienais da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).
 - e) A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) possui atribuições na cooperação internacional como autoridade central.

POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS*Marco Túlio*

90. Rubim, que é do povo kokama, defende que as línguas dos povos nativos são “espírito”, algo que difere do entendimento de linguistas não indígenas: “Para nós, a língua é espírito, e o espírito não morre, não desaparece. As línguas podem estar adormecidas, porque tiveram séculos ou décadas de transmissão interrompida. Mas podem ser acordadas e fortalecidas em rituais, em práticas culturais.”

COSTA, Camilla. Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça? BBC Brasil, São Paulo, 17 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

- Considerando os povos indígenas do Brasil na atualidade, seus direitos e as políticas públicas dirigidas a eles, assinale a alternativa incorreta.
- a) As políticas educacionais direcionadas aos povos indígenas devem levar em conta, no que diz respeito ao ensino fundamental regular, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
 - b) A gestão territorial e ambiental de terras indígenas deve considerar a proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais.
 - c) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União instituir os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, a partir da demarcação.
 - d) As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos dos povos indígenas sobre elas, imprescritíveis.
 - e) Os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Discursiva 1

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela) são instrumento de soft law, fixando princípios e práticas aceitos internacionalmente para orientar a administração prisional, sem pretender descrever um modelo único de sistema. Entre os eixos centrais, destacam-se: o respeito ao valor e dignidade do ser humano e a vedação absoluta à tortura e a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (Regra 1); a imparcialidade e a não discriminação, com atenção às necessidades individuais e situações de vulnerabilidade (Regra 2); a preservação da autodeterminação do preso e a ideia de que a segregação já é a penalidade (Regra 3); e a finalidade de proteger a sociedade e reduzir a reincidência, com educação, formação e trabalho (Regra 4). O documento também disciplina registros (confidenciais e úteis para estatísticas) e a separação de categorias em estabelecimentos ou zonas distintas.

Considerando o texto motivador e as Regras de Mandela, redija um texto, fundamentado, que atenda aos itens:

- (a) Explique como o princípio da não discriminação e a consideração das necessidades individuais (Regra 2) devem orientar a organização interna do estabelecimento prisional, indicando consequências práticas compatíveis com as Regras.
- (b) Avalie a finalidade do sistema de registo de reclusos (Regras 6 a 10), destacando a confidencialidade e o uso para dados fiáveis sobre a população prisional, e justifique por que tais elementos são indispensáveis à gestão e aos direitos dos reclusos.
- (c) Analise o critério de separação de categorias (Regra 11) e discuta sua relação com o respeito à dignidade (Regra 1) e com a minimização de sofrimentos além da segregação (Regra 3).

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A soberania, entendida historicamente como o poder supremo e indivisível do Estado sobre seu território e sua população, tem sido desafiada pelas dinâmicas contemporâneas da globalização. As fronteiras formais permanecem, mas a interdependência econômica, os tratados internacionais, a atuação de organizações multilaterais e a influência de corporações transnacionais condicionam as decisões estatais. Além disso, novas dimensões como a soberania informacional e ambiental expõem vulnerabilidades diante de fluxos digitais, crises sanitárias e questões climáticas. Autores como Saskia Sassen, Habermas e Boaventura de Sousa Santos destacam que a soberania não desaparece, mas é reconfigurada, tornando-se relacional, compartilhada e até assimétrica, especialmente entre países centrais e periféricos. Nesse cenário, compreender a soberania exige analisar suas transformações e os desafios que a globalização impõe ao Estado moderno.

Considerando o texto acima e os conteúdos estudados, redija um texto dissertativo, fundamentado, que atenda necessariamente aos seguintes critérios:

- (a) Explique como a globalização desafia a concepção clássica de soberania, especialmente a partir das pressões econômicas e jurídicas internacionais.
- (b) Avalie a noção de soberania “relacional” ou “cooperativa”, indicando em que medida ela preserva ou relativiza a autonomia estatal.
- (c) Analise os impactos diferenciados da globalização sobre países centrais e periféricos, destacando o conceito de “soberania diferenciada”.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
